

BRASIL:
TERRITÓRIO E SOCIEDADE
NO INÍCIO DO SÉCULO XXI



Cláudio Luiz Zanotelli

Geógrafo, professor doutor do Departamento de Geografia da Ufes.

Resenha do livro de Milton Santos e Maria Laura Silveira,
O Brasil: território e sociedade no início do século XXI
(São Paulo: Record, 2001. 471 p.)¹

Esta obra de Milton Santos e Maria Laura Silveira, última do saudoso professor Milton Santos, conta com a colaboração de diversos outros autores que apresentam estudos de caso para apoiar as teses centrais do livro. A obra reforça, em seus capítulos mais teóricos, conceitos que foram trabalhados por Milton Santos ao longo dos últimos 25 anos.

Os autores afirmam que “dois objetivos principais nortearam a elaboração dessa obra. Julgamos importante, de um lado, levar ao leitor comum uma interpretação geográfica do Brasil e, de outro, oferecer aos estudiosos um guia de trabalho, mesmo incompleto.” (Santos & Silveira, 2001, p.11-12).

O texto é apresentado em duas grandes partes e catorze capítulos. Na primeira parte, há um esforço de análise (*O território brasileiro:*

um esforço de análise). Discute-se no primeiro capítulo a noção que vai nortear a pesquisa, isto é, o uso do território. Na segunda parte, busca-se realizar uma síntese do território atual (*O território brasileiro: um esforço de síntese*), rediscutindo, no décimo capítulo, a idéia de território usado ou utilizado.

A centralidade do espaço geográfico é estabelecida como a união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações que, por meio de suas formas híbridas, as técnicas, nos indicam como, onde, por quem, por quê e para quê o território é usado. Segundo os autores, “adotando tal ênfase nas técnicas, podemos privilegiar uma história secular do território brasileiro, delimitar períodos e redescobrir os respectivos contextos” (Santos & Silveira, 2001, p.11).

1. Gostaria de agradecer a Mauricio Sogame pelas observações e críticas feitas a este texto. Evidentemente as opiniões aqui expressas somente engajam a mim mesmo.

A partir desses postulados, os autores realizam uma história do território. Isso lembra, em parte, a célebre frase de Élisée Reclus de acordo com a qual a geografia é a história do espaço, e a história, a geografia do tempo. O território é, portanto, uma entidade histórica, pois o tempo modifica-o. Essa história do território vai do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. É propósito do livro apreender a constituição do território a partir dos seus usos, do seu movimento conjunto e de suas partes, reconhecendo as respectivas complementaridades. Assim se estabelecerá uma divisão territorial do trabalho, o que revelaria o território no seu papel ativo.

Os autores afirmam nessa perspectiva que o território já usado pela sociedade ganha usos atuais, que se superpõem e permitem ler as discontinuidades nas feições regionais.

No que segue, faremos uma rápida explanação e alguns comentários sobre o capítulo *A questão do uso do território*, que, na opinião dos autores, norteou o livro.

Para os autores, o que interessa discutir é o território usado, sinônimo de espaço geográfico. Essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Dessa forma, *o território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual* (Santos e Silveira, 2001, p.20). Os autores aplicam ao território de maneira incompleta, conceitos marxistas consagrados na literatura, tais que trabalho vivo, trabalho morto e divisão do trabalho. Assim, a divisão territorial do trabalho envolve, de um lado, a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais.

Na teoria marxista clássica, o trabalho morto compõe o capital fixo, este último sendo constituído de máquinas e ferramentas que produzem outros produtos. O capital variável (capital adiantado transformado em força de trabalho, o que corresponderia aos custos salari-

ais globais) é composto essencialmente do trabalho vivo, do esforço de elaborar, de construir obras, seja dos trabalhadores manuais, seja dos trabalhadores intelectuais, ou um híbrido dos dois. Para estabelecer a relação entre o capital fixo (trabalho morto) e o capital variável (trabalho vivo), Marx definiu o conceito de mais-valia.²

O capital controla os meios de produção (máquinas, ferramentas, infraestrutura e equipamentos em geral). Esses meios de produção são o capital e o trabalho investidos. A relação que mede a taxa de exploração ou taxa de mais-valia do capital sobre o trabalho pode ser definida pela mais-valia (lucro líquido de uma empresa) dividida pelo capital variável (custos salariais). Maior é a taxa, mais importante é a exploração do trabalho pelo capital. Na realidade, o capital aparece como um ser “milagroso”, pois se apropria do trabalho e faz parecer, como saindo do seu próprio corpo, a produção. Essa relação indissociável e contraditória do capital e do trabalho permeia a sociedade globalizada de hoje e, portanto, está na matriz da organização territorial e das desterritorializações e reterritorializações dos fluxos de mercadorias, de dinheiro e dos homens.

Depois dessa rápida lembrança sobre alguns conceitos marxistas, sobretudo o de valor-trabalho, usados pelos autores do livro, e dos desdobramentos do ponto de vista da relação capital/trabalho, podemos constatar que há, na obra em epígrafe, uma busca de associação intrínseca entre a teoria do trabalho definida por Marx em *O Capital* e o trabalho no território. Podemos, seguindo a linha de raciocínio dos autores, falar do trabalho do território. Assim o próprio conceito de uso do território vem de um conceito clássico da economia política (o valor de uso). Esse valor de uso é, por alguns aspectos, o território utilizado. O título do capítulo X é bastante sugestivo a esse propósito: *A categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado*, o que nos leva a deduzir que se trata da categorização do território por si, ou do território como lugar do homem.

2. Ver a propósito da mais-valia Marx, Karl. *Le Capital*. Livre I, section I a IV, Paris: Champs-Flammarion, 1985, p.163.170.

Na economia política clássica, o valor de uso é considerado subjetivo e não pode servir para determinar o nível de valor de troca. O valor de uso seria, segundo essa concepção, a satisfação que uma mercadoria pode proporcionar a um consumidor (valor utilidade). Mas para Marx o valor de uso tem uma outra acepção, a utilidade específica dos produtos depende das relações sociais e do desenvolvimento das forças produtivas em qualquer sociedade. O uso de um determinado produto em uma determinada sociedade pode não ser útil em uma outra sociedade. Mesmo porque a “utilidade” dos produtos pode ser completamente fabricada ou somente servir de tela para relações de poder. Em uma sociedade dita “primitiva”, na qual as trocas não se faziam pelo regime mercantil, havia uma busca de acúmulo de capital simbólico por aquele que ofertava mais produtos que o outro, seu rival. Em última instância, em algumas sociedades, o chefe é aquele que mais oferecia e que menos possuía. Para além do fato ilustrativo de uma rivalidade destruidora (algumas sociedades podiam soçobrar através desse sistema), o mecanismo nos mostra outras utilidades dos bens. Portanto, o valor de uso adquire características distintas segundo as sociedades e as épocas, em função das formações sociais. Daí que não se pode falar de um uso indistinto do território sem especificar as épocas e suas respectivas formações sociais.

Essa observação pode levar-nos a concluir que no livro de Milton Santos e Maria Laura Silveira, o uso do território seja definido como uma categoria a-histórica e, portanto, “naturalizada”, como se caminhássemos do estado de natureza para o da técnica, como se a história da humanidade estivesse submetida a uma pura instrumentalização da técnica, independente das sociedades.

Nesta altura questionamos: por que os autores não avançaram no sentido da definição de um valor de troca do território, ou seja, por que o território não se inscreve no registro da mercadoria, em conformidade com a teoria marxista?

Talvez porque aqui se encontre um problema teórico, que é o limite da projeção no espaço de conceitos marxistas que não foram elaborados para serem aplicados diretamente ao território ou ao espaço, pois os autores associam espaço e território, tornando-os sinônimos. Dessa maneira, os autores param no meio do processo de análise da produção do território-mercadoria, pois, se eles prosseguissem nessa perspectiva, haveria a impossibilidade teórica de reivindicar um estatuto próprio ao território, o que não significa que a formação espacial não tenha seu estatuto associado à formação socioeconômica e esteja indissociavelmente ligada a ela, como o próprio Milton Santos reconhece em outros momentos de sua trajetória intelectual.

Na linha de uma dificuldade de adaptação direta da teoria marxista do valor ao espaço, podemos citar Alain Lipietz, que nos diz o seguinte:

Se a lei do valor regula as trocas de mercadorias entre unidades econômicas e assim assegura a contabilidade social de trabalhos privados efetuados independentemente uns dos outros, antes de mais nada é preciso constatar que, desde que se considera a dimensão espacial, não se trata mais de troca entre unidades, mas de justaposição, posicionamento relativo das implantações industriais, das residências, dos locais comerciais, etc. Entretanto, este posicionamento deve também resolver (ser a dimensão espacial da resolução...) a contradição social/privado. E ele se apresenta desde o princípio como não dizendo respeito à lei do valor, mas, ao contrário, como vindo a perturbá-la sob a forma de “efeitos externos”, mesmo que seja apenas pela consideração dos custos de transportes.³

Temos a impressão que Lipietz se filia à escola marxista dos anos de 1970 que incluía, na época, Castells. Esse último definia que a “estrutura do espaço residencial e da segregação urbana sofre ação hierarquizada das estruturas da sociedade capitalista, segundo o esquema triplô EPI (Economia, Política e Ideologia)”.⁴

3. Lipietz, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Livraria Nobel, 1987, p. 136-137

4. Sogame, Mauricio. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. *Geógrafos*, n. 2, p. 103-112.

Leitura de forte inspiração estruturalista vulgar cujo sistema econômico teria, de uma certa maneira, a prioridade, e o espaço urbano seria um subsistema no interior do sistema mais geral. Ora, essa leitura é criticada por Lefèbvre, que aponta a cidade como ligada às forças produtivas e como força produtiva em sua evolução histórica. Portanto o espaço é categoria associada às categorias socioeconômicas, colocando-se nos mesmos níveis, ou como categoria fundamental para a existência da própria sociedade. A categoria de formação socioespacial, inspirada de uma adaptação da categoria marxista – formação econômico-social – e de releituras de matizes teóricos diferentes, tais que o estruturalismo e a fenomenologia, foi desenvolvida também, por Milton Santos em 1977/1978.⁵

Assim, parece-nos que os autores da obra ora em questão não levaram em conta, apesar de encontrar-se presente de modo implícito e explícito na obra de Milton Santos, a consideração que Lefèbvre fazia a propósito do urbano, consideração que poderíamos extrapolar para o espaço humano como um todo, pois esse inclui o urbano e é, numa certa medida, cada vez mais definido por ele: “a gênese do sistema urbano como etapa de uma gênese mais ampla que é a do valor de troca generalizado do mundo da mercadoria e do dinheiro, numa palavra, do capital”⁶.

Nesse livro, os autores parecem, inicialmente, ter abdicado de uma teoria do valor levada a suas últimas conseqüências e, num movimento de balança, voltaram à especificação do território utilizado como sinônimo de espaço particularizado, criando um certo impasse teórico.

O historicismo linear do espaço não deveria, segundo penso, fetichizar ou reificar o conceito espaço, tornando-o relativamente independente do social, tal qual podemos perceber em expressões como “os territórios do mandar e do fazer”, “guerra dos lugares” etc., que nos enviam a uma espécie de volta a um hipotético espaço-personagem dotado de autonomia, mesmo que relativa.

Nesse momento, podemos invocar, a esse propósito, Yves Lacoste, que fez uma vigorosa

crítica do que ele chamou de região-personagem, conceito que ele dizia ser um obstáculo para um entendimento dos diferentes processos em diferentes escalas que atravessam e compõem o território⁷. Assim, tornar o território uma entidade viva pode levar-nos a sair da dialética sujeito/objeto para uma priorização do objeto território, visto como um sujeito, uma personagem dotada de vida própria.

Poderíamos aprofundar mais a análise e pensar a dissolução dos espaços pela mercadoria e a impossibilidade de delimitar, por meio de uma meta teoria, territórios e lugares relativamente autônomos, pois o valor trabalho, na lógica de desterritorialização dos fluxos capitalistas, é recodificado e reabsorvido pelo corpo pleno do capital, que mastiga para cuspir os territórios atravessados pela mercadoria, reterritalizando-se como local, porém, inscritos em um movimento planetário duplo: globalizante e fragmentar.

Os autores afirmam que o território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Aqui poderíamos retornar à definição feita por Milton Santos no passado, no livro *Por uma Geografia nova*, de que o espaço é uma coisa, ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade. Como ele dizia, o espaço tem caráter próprio, mas é um fato social. Utilizando aqui explicitamente Durkheim, ele é um produto social, um objeto social como qualquer um outro. Portanto a fenomenológica associação entre objeto e indivíduo, entre espaço e ação, pode ser manifestada naquilo que poderíamos chamar de imanenência entre objeto e sujeito, desde que não se reifique um dos termos da oração, o espaço no nosso caso, e se dê a impressão de autonomizar o território.

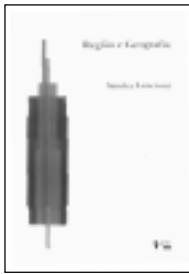
Por último gostaria de lançar para reflexão a idéia de que se de um lado não é correto a

5. Santos, Milton. Por uma Geografia Nova, 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986 (1a. edição 1978), p. 191-202. Ver a propósito dessa relação o artigo de Luis Carlos Tosta dos Reis: Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. *Geografares*, n. 1, p. 61-72, jun. 2000.
6. Lefèbvre apud Sogame, Mauricio. op. cit., p. 105.
7. Lacoste, Yves. A *Geografia*: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papyrus, 1989, p. 59-66.

cristalização de regiões personagens, de outro lado, a invenção de conceitos personagens pode ser muito prejudicial à reflexão teórica. Esquemas de pensamento e conceitos-chave que estruturam e orientam o pensamento podem ser úteis e muitas vezes sedutores, mas na maioria dos casos não refletem a complexidade do real. Por isso entre o dogmatismo, o logicismo ra-

cionalista, e o ceticismo, o relativismo levado a suas últimas conseqüências, prefiro ficar com as inúmeras possibilidades de reflexão que oferece uma teoria fundada na história. Buscando por meio de uma epistemologia da ciência estabelecer seus erros e os processos científicos tais como eles se apresentam como práticas sociais.⁸

8. Ver a esse propósito o último livro de Pierre Bourdieu publicado postumamente: Boordieu, Pierre. *Science de la science et réflexivité*. Paris : Raisons d'agir, 2001.



REGIÃO E GEOGRAFIA

Sandra Lencione

São Paulo – Edusp – 1999

A autora faz uma análise da evolução do pensamento geográfico, abordando sua origem, a consolidação como um importante ramo do conhecimento e a influência que recebeu de diversas escolas filosóficas. Faz um resgate histórico das diversas concepções de região e procura demonstrar que a idéia de região é parte constitutiva da disciplina geográfica.

BASES DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL: O TERRITÓRIO COLONIAL BRASILEIRO NO “LONGO” SÉCULO XVI

Antonio Carlos Robert Moraes

São Paulo – Editora Hucitec – 2000



O livro, versão ampliada da tese de doutoramento do autor defendida na Universidade de São Paulo em 1991, está dividido em quatro partes. A primeira trata da expansão européia e a formação da economia-mundo capitalista; a segunda, da expansão de Portugal e a formação do império colonial lusitano; na terceira parte é estudada a formação dos territórios coloniais ibero-americanos; e, finalmente, na quarta parte, que dá título ao livro, as bases da formação territorial do Brasil.



QUALIDADE AMBIENTAL E ADENSAMENTO URBANO

João Carlos Nucci

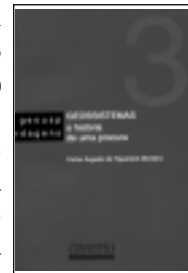
São Paulo – Editora Humanitas/FFLCH-USP – 2001

Este livro é resultado da tese de doutoramento defendida pelo autor em 1996 na Universidade de São Paulo. Discute a possibilidade de intensificação do uso e ocupação do solo urbano (adensamento) com base em estudos dos atributos ambientais como uso do solo, poluição, espaços livres, verticalidade das edificações, enchente, densidade populacional e cobertura vegetal e utiliza como exemplo o distrito de Santa Cecília, no município de São Paulo. Com base nos estudos de Ecologia e Planejamento da Paisagem sugere parâmetros e um método para a avaliação da qualidade do ambiente urbano.

GEOSSISTEMAS: A HISTÓRIA DE UMA PROCURA

Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro

São Paulo – Editora Contexto – 2000



Neste livro, que tem como objetivo aperfeiçoar o planejamento do território, esteja ele sob a égide governamental ou privada, o autor desenvolve a busca de um paradigma que subsidie, ao mesmo tempo, estudos sobre paisagens culturais e naturais, avaliação de impactos ambientais e direcionamentos para ações voltadas para melhoria de qualidade ambiental, ecológica e de vida para a sociedade.



INDUSTRIALIZAÇÃO E EMPOBRECIMENTO URBANO

Maria da Penha Smarzaró Siqueira

Vitória – EDUFES/CCHN Publicações – 2001

Analisa as transformações ocorridas na estrutura econômica capixaba no período de 1950 a 1980, destacando a desestruturação da economia primário-exportadora e o avanço do setor industrial, e suas implicações sociais, econômicas e políticas.

IMPÉRIO*Michael Hardt e Antonio Negri*

São Paulo – Editora Record – 2002



O imperialismo como conhecemos pode ter acabado, mas o império está em ação e expansão. Trata-se da nova ordem política da globalização, desnudada por Michael Hardt e Antonio Negri com rara audácia. Se é fácil reconhecer as transformações econômicas, culturais e políticas através do planeta, tornou-se difícil compreendê-las. Os autores argumentam que elas devem ser alinhadas com nosso entendimento do Império como uma ordem universal que não aceita limites.

Hardt e Negri mostram como este Império emergente é fundamentalmente diferente do imperialismo da dominância européia e da expansão capitalista em eras anteriores. Além disso, o Império contemporâneo se municia de elementos do projeto constitucional dos Estados Unidos, com sua tradição de identidades híbridas e fronteiras em dilatação. Assim a diferença entre imperialismo e Império deve ser apreendida no contexto da passagem da soberania moderna – aquela típica do Estado-nação com um poder central exercendo o monopólio sobre um território – para a soberania pós-moderna, com fronteiras flexíveis, características do Império romano.

Império identifica uma mudança radical nos conceitos que formam a base filosófica política moderna como soberania, nação e povo. Hardt e Negri ligam essa transformação filosófica a mudanças econômicas e culturais da sociedade pós-moderna, novas formas de racismo, novas concepções de identidade e diferença, novas redes de comunicação e controle e novos fluxos de migração. Eles também demonstram como o poder das corporações transnacionais e a crescente predominância de formas pós-industriais de trabalho e produção ajudam a definir a nova ordem imperial global.

Mais que análise *Império* também é uma ousada e utópica obra de filosofia política: a edição do *Manifesto Comunista* do nosso tempo, como definiu o filósofo esloveno Slavoj Žižek. Para o crítico marxista Frederic Jameson é “a primeira grande síntese teórica do novo milênio” e uma profética convocação. Hardt e Negri argumentam que a nova ordem capitalista traz um potencial subversivo com seus “*revolucionários nômades*” conectados à Internet. Além dos regimes de exploração e controle característicos da ordem mundial contemporânea, *Império* procura um paradigma político alternativo – e propõe as bases para uma verdadeira sociedade democrática global.

**O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE:****UM DEBATE SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL**Org: *Gilney Viana – Marina Silva – Nilo Diniz*

São Paulo – Editora Fundação Perseu Abramo – 2001

Reúne textos de pesquisadores, dirigentes políticos e militantes de organizações não-governamentais que abordam temas como sustentabilidade – ecológica, social, econômica, cultural e, sobretudo, política – globalização, políticas ambientais, crise urbana, reforma agrária e agricultura ecológica, entre outros. Traz um texto do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, professor da Universidade Federal Fluminense.

**TERRITÓRIO****N. 10**

Publicação do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TERRA LIVRE

Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Os números 16 e 17 abordam o tema *Paradigmas da Geografia*.



Normas para recebimento de trabalhos para publicação na revista *Geografares*

A Revista *Geografares* é uma publicação do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo que se destina à divulgação de trabalhos de pesquisa originais e inéditos sobre assuntos de interesse científico e geográfico, redigidos em português.

Todos os trabalhos devem ser encaminhados completos e definitivamente revistos. O autor não receberá cópia para correção. Esta será feita pelo editor, com base no texto original recebido.

Os originais serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações. Os autores serão notificados do aceite ou recusa de seus trabalhos. Os originais não serão devolvidos, mesmo que recusados.

Serão aceitas contribuições na forma de artigos, entrevistas, resenhas bibliográficas e notas, que devem atender ao seguinte padrão:

I – ARTIGOS

A – devem ter no máximo 20 laudas, incluindo figuras (mapas, ilustrações, fotos, gráficos etc.), tabelas, notas, referências bibliográficas e resumos. A lauda corresponde a 30 linhas, 70 toques cada, em espaço 1,5, composto em *word for windows*, corpo 12, fonte Times New Roman.

B – devem ser entregues três cópias de boa qualidade, sem rasuras ou emendas, em papel formato A4, com a indicação do local onde se insere cada figura ou tabela, bem como uma versão em disquete de 3,5” devidamente identificado com os dados do(s) autor(es).

C – o cabeçalho deve conter o título e subtítulo do trabalho (se houver), o(s) nome(s) do(s) autor(es) e suas respectivas titulação, função e instituição a qual se vincula. O texto deverá ser estruturado em introdução, desenvolvimento, considerações finais, referências bibliográficas, resumos e notas.

D – os textos devem ser acompanhados de um resumo em português de, no máximo, 600 caracteres e 3 palavras-chave que identifiquem o conteúdo do trabalho. O mesmo resumo e palavras-chave devem ser apresentados em outro idioma (francês ou inglês), acrescidos no final do texto (após as referências bibliográficas).

E – fotos, desenhos, mapas, gráficos deverão aparecer no corpo do trabalho com a denominação genérica de figura, numerada com algarismos arábicos. O mesmo se aplica às tabelas. Os originais de figuras e tabelas em papel devem ser preto e branco, com excelente qualidade e entregues separadamente do texto. Gráficos e tabelas em Excel podem ser entregues em disquete de 3,5”, em arquivos separados, acompanhados de cópia impressa.

F – as notas devem ser numeradas seqüencialmente em caractere normal (não usar o recurso *inserir notas do word*) e apresentadas no final do texto (após os resumos), em fonte Arial, corpo 10. Notas longas devem ser evitadas.

G – as referências bibliográficas devem aparecer no final do trabalho, em ordem alfabética e devem seguir as especificações contidas no *Guia para normalização de*

referências bibliográficas: NBR 6023, da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, tais como:

–*para livro*: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome. Título. Edição. Local : Editora, ano. Páginas ou volumes.

–*para tese ou dissertação*: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome. Título. Ano. Páginas ou volumes. Tipo de trabalho (grau e área de concentração) – Unidade de ensino, Instituição onde o trabalho foi apresentado.

–*para artigos de revistas técnicas*: SOBRENOME DO AUTOR do artigo, Prenome. Título do artigo. Título do Periódico, local de publicação, número do volume, número do fascículo, página inicial e final do artigo, data.

–*trabalhos apresentados em eventos*: SOBRENOME DO AUTOR do artigo, Prenome. Título do artigo. In: TÍTULO DO EVENTO, número, ano de realização e local de realização do evento. Título da publicação. Local : Editora, ano. Indicação da parte referenciada.

H – toda referência bibliográfica feita ao longo do texto deverá vir entre parênteses, indicando o sobrenome do autor, data da publicação e número da página. Ex: (George, 1973, p. 68)

II – Entrevistas:

A – devem seguir as mesmas recomendações para artigos, não excedendo 15 laudas, acrescido da data e local da entrevista e dados do entrevistado.

B – o texto deve vir acompanhado de autorização, por escrito, do entrevistado.

C – perguntas e respostas devem ser precedidas das iniciais do entrevistador e do entrevistado, respectivamente.

III – Notas:

A – para essa seção serão aceitos textos sobre eventos científicos realizados, relatos de trabalhos de campo, comunicações sobre pesquisas em andamento, entre outras.

B – devem seguir as mesmas recomendações para artigos, não excedendo 10 laudas.

IV – Resenhas:

A – para essa seção serão aceitas resenhas informativas de obras (livro, capítulo de livro, revista especializada, artigo de revista especializada, teses e dissertações, entre outros) de interesse à ciência geográfica, acompanhadas ou não de apreciação crítica.

B – devem seguir as mesmas recomendações para artigos, não excedendo 5 laudas.

C – dados completos da obra resenhada devem ser enviados. Solicita-se também o envio de cópia (com boa qualidade) da capa e da página de rosto da obra resenhada.

Os originais devem ser encaminhados para:

Revista *Geografares*

Comitê Editorial

Departamento de Geografia – CCHN–Ufes

Av. Fernando Ferrari, s/nº – Campus de Goiabeiras

29060-900 – Vitória – ES

Editora da Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, s/n
Goiabeiras
29060-970 – Vitória – ES
Fone: (27) 3335-2375 / 3335-2370
Fax: (27) 3335-2378

CCHN Publicações

Fone: (27) 3335-7653

Departamento de Geografia – UFES

Fone: (27) 3335-2503

SOLICITA-SE PERMUTA
SE SOLICITA INTERCAMBIO
EXCHANGE DISUED
ON DEMANDE ÉCHANGE

Geografares foi impressa na cidade de Vitória (ES) pela Gráfica ITA para o Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES. O texto foi composto em Times New Roman no corpo 11/14,5/90%. A capa foi impressa em papel Cartão Supremo 250g; o miolo foi impresso em Offset 75g.